

Conferência

Diplomacia e Paz

Diplomacy and Peace

Giambattista Diquattro¹

Excelência Reverendíssima Dom João Inácio Müller, Arcebispo Metropolitano de Campinas e Grão-Chanceler da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e Professor Doutor Germano Rigacci Júnior, Magnífico Reitor desta Instituição, prezados senhoras e senhores.

Alegro-me em apresentar as minhas saudações na celebração dos 80 anos de fundação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a qual, nesta ocasião, desejou dedicar um momento de reflexão cristã a um tema fundamental da vida e da paz.

Agradeço a conferência que me foi confiada sobre o tema da relação entre diplomacia e paz. Nesta conferência, vou me referir à crise global com a pandemia, *que tornou ainda mais visíveis nossas vulnerabilidades pré-existentes*².

O contexto atual

A pandemia da covid-19, que se soma a *tantas outras pandemias que causam a morte de pessoas*³, tem um impacto que está destinado a perdurar na vida e na memória de todos os povos. A sua consequência é uma **crise global** e complexa, que exige um *“nós” cada vez maior, para que não haja mais muros que nos separem, não exista mais os outros, mas apenas um “nós” tão grande quanto a humanidade inteira*⁴.

Infelizmente, **os efeitos da tragédia atual** são o medo, o desânimo, a pobreza e os lutos. Às vezes, a pandemia nos colocou em uma espiral de desprendimento e de suspeita mútua e levou os Estados a erguer barreiras. Entretanto, o mundo está mais interligado do que nunca e, por isso, a fragmentação e as divisões são ainda mais evidentes hoje em dia. Os efeitos da pandemia são globais, em toda a humanidade e em todos os aspectos da vida, contribuindo para agravar as *crises entre eles fortemente inter-relacionadas*⁵.

¹ Núncio apostólico para o Brasil. Vaticano.

² Videomensagem do Santo Padre Francisco aos participantes do Seminário Virtual “América Latina: Igreja, Papa Francisco e os cenários da pandemia”, quinta-feira, 19 de novembro de 2020.

³ Celebração matutina transmitida ao vivo da Capela da Casa Santa Marta, Homilia do Santo Padre Francisco, “Dia da fraternidade, dia de penitência e oração”, quinta-feira, 14 de maio de 2020.

⁴ Mensagem do Santo Padre Francisco para o 107º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2021.

⁵ Cf. Discurso do Santo Padre Francisco aos Membros do Corpo Diplomático acreditados junto à Santa Sé, Salão da Bênção, segunda-feira, 8 de fevereiro de 2021.

A pandemia é um apelo à responsabilidade dos indivíduos e das instituições, e a manifestação das irresponsabilidades, das muitas barreiras que substituíram as fronteiras: desigualdade, corrida armamentista, subdesenvolvimento, violação dos direitos fundamentais, discriminação, impedimentos à vida social, cultural e religiosa.

Esta conjuntura exige uma reflexão realista, um **exame de consciência sobre o estado do mundo**, a natureza das relações de Estado, a vida da Comunidade internacional, a cooperação, as tensões e os conflitos dentro dela. A pandemia questiona a capacidade da Comunidade internacional de observar uma ética comunitária, comprometendo-se com objetivos que transcendem o Estado-nação e que, se não forem perseguidos, têm repercussões para toda a humanidade.

A **diplomacia**, com seus operadores, suas normas e seus métodos, está **na linha de frente** para a construção do bem comum. Ela é chamada a ler os acontecimentos internacionais (diríamos os sinais dos tempos e os sinais evangelicamente falando), a conhecer a história mundial à luz da história da salvação. Conhecer a história encarnada na vida da família humana, na existência de mulheres e homens, de comunidades, de povos. A diplomacia é, portanto, chamada a ser um serviço para todos, não uma atividade refém dos interesses particulares.

A **crise atual** ajudou a descobrir outras crises mais profundas, é **como um meio de contraste** que fez emergir os males mais antigos e ocultos. Em suma, esta crise oferece à atividade diplomática novas oportunidades de diagnóstico e novos desafios para o tratamento. Os diagnósticos sublinharam as fissuras existentes dentro das Comunidades nacionais e entre elas. Eles colocaram em evidência antigas estruturas de injustiça e a necessidade de que as relações sejam restauradas para serem justas e solidárias, buscando garantir a igualdade entre as pessoas, o respeito pela identidade, a dignidade dos povos e dos indivíduos e o respeito pela liberdade, que nos permitem realizar-nos como pessoas e como povos.

A tragédia lembrou a ressonância social das Bem-Aventuranças, que exige a inclusão dos últimos, a construção da cidade terrestre à luz das Bem-Aventuranças, a fim de caminhar em direção ao Céu na companhia dos pequenos e dos últimos⁶.

O desenvolvimento dos povos aparece intrinsecamente ligado; **as ilusões de salvar-se sozinho** provaram ser simplesmente insultuosas. A Comunidade internacional se uniu para elaborar projetos para um futuro comum. Permanecem fortes o legado de convicções seculares de isolacionismo e, acima de tudo, a ausência de convicções fortes e de programas de longo prazo, capazes de se entrelaçarem com a crise profunda de hoje. Deve-se dizer, entretanto, que, nas últimas décadas, a Comunidade internacional deu passos extraordinários, tanto regional quanto globalmente, e estas experiências positivas tornaram possível contrabalançar a globalização negativa, que é paralisante.

Os esforços diplomáticos de hoje

Como a **diplomacia** posterior à Primeira Guerra Mundial e a diplomacia que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, a diplomacia de hoje também é chamada a **reconstruir**.

⁶ Papa Francisco, discurso aos participantes da Sessão Plenária da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, sábado, 18 de abril de 2015.

A recente coletânea *Diplomacy and the Future of World Order*, da Georgetown University, identifica no contexto das relações entre paz e diplomacia três tipos básicos: diplomacia competitiva e instrumentista, diplomacia de estabilização e diplomacia de governança.

A primeira é a diplomacia destinada a avançar e defender os interesses – tanto materiais quanto ideológicos – das potências, usando ferramentas como sanções, ameaças baseadas em dissuasão, reivindicações de esferas de influência e apoio de forças aliadas. Esse tipo de diplomacia competitiva e instrumentista invariavelmente aumenta o potencial de guerra por procuração, em vez de uma solução pacífica.

A diplomacia de estabilização envolve atividades voltadas para estabilizar e desacelerar conflitos, por exemplo, concordando em reconhecer o *status quo* territorial; introduzindo tropas de manutenção da paz para manter um cessar-fogo negociado; envio de delegados para iniciar um diálogo entre as partes para permitir a entrega de ajuda humanitária; “congelar” a corrida armamentista através de compromissos; ou concordando com “regras específicas do caminho” em relação à implantação de tecnologias militares atuais e emergentes. Acima de tudo, um preceito central da diplomacia de estabilização é a importância da soberania do Estado e a crença de que sua preservação é a chave para a segurança regional e para a ordem internacional.

A diplomacia de *governance* refere-se à ampla gama de atividades empreendidas por atores estatais e/ou não estatais para promover a expansão dos direitos humanos, dos direitos cívicos e do maior pluralismo ou para criar novas instituições políticas que sejam democraticamente responsáveis e inclusivas. No nível interestadual, a diplomacia de *governance* envolve a criação de instituições internacionais adequadas (a nível regional ou global) em que os Estados-membros formalmente se comprometem a cumprir. O conceito de diplomacia de *governance* também se baseia na noção de que a soberania do Estado não é um princípio absoluto.

Na experiência da pandemia, a diplomacia está redescobrimo uma nova dimensão proativa, que, em termos evangélicos, poderíamos chamar de profética. Ela tem estado na vanguarda para garantir que o compromisso de parar o extermínio seja o mais compartilhado possível. O compromisso dos cientistas, das empresas farmacêuticas, dos governos, dos transportadores de medicamentos tem sido muito notado.

Por trás de toda esta ação humanitária, tem estado **a diplomacia humanitária**. Essa também tem estado envolvida no repatriamento de cidadãos, na assistência aos concidadãos doentes no exterior, no trabalho de ajuda e cooperação, de acordo com sua capacidade, na divulgação de informações e na conscientização.

Esta atividade menos conhecida pela vida e pela paz foi realizada com a discrição própria das Instituições diplomáticas e, eu acrescentaria, com esse realismo necessário e profícuo, que é a virtude de todo diplomata e é combinada com a técnica do uso de instrumentos diplomáticos. Tudo foi realizado com essa urgência que não é nem aproximação nem impetuosidade. Acredito que a **ciência e a arte da diplomacia** também emergirão desta experiência com a riqueza de novos conhecimentos, pois ela **adquiriu práticas inovadoras** e úteis para situações futuras de crise de vários tipos.

Esta atividade não foi realizada de acordo com abordagens ideológicas preeminentes, mas, com os contatos que tive durante estes longos meses, que me confirmaram, muitas vezes, que

a **ação diplomática** tem sido uma **expressão da verdadeira solidariedade e fraternidade** presentes na família humana. A história da diplomacia sairá desta fase enriquecida por exemplos brilhantes de dedicação e altruísmo, assim como tais exemplos têm marcado e marca o trabalho de tantos outros soldados e líderes nesta guerra pela vida.

Sinto que **desta experiência** poderá emergir uma diplomacia renovada, ou seja, uma experiência que tem sido **uma escola para novos diplomatas**. Uma escola severa e dura, exigente e eficaz para dar um novo significado humano à vida internacional. A humanidade não pode sair desta experiência da mesma forma, e o mesmo pode e deve ser dito da diplomacia.

A lógica do individualismo mesquinho, da concorrência desleal, do protagonismo vazio terá que chegar a um acordo com a “nossa irmã morte corporal”, que nos levou a promover uma **ética de solidariedade** e nos forçou a considerar como os instrumentos tradicionais de poder são ineficazes, assim como as teorias da força contra o vírus são ineficazes.

A **diplomacia da canhoneira**, que ajuda a romper os laços sociais e estruturais entre diferentes povos, deu lugar **à diplomacia das máscaras e das vacinas**. Recordemos a diplomacia do pingue-pongue entre a China e os Estados Unidos da América, que foi, então, um ponto de inflexão epocal, mas não tão invasivo quanto a diplomacia das vacinas, e seria um erro muito grave não a aproveitar, a fim de consertar, sobre novas bases, os diálogos antigos enferrujados ou os diálogos mais recentes que foram mal estabelecidos.

Esta é uma oportunidade para o renascimento de uma nova unidade entre os povos, forjada no fogo da pandemia, e que poderia criar uma nova solidariedade intranacional e internacional, respeitando as características históricas, políticas, religiosas, biológicas e sociais específicas, que são a expressão enriquecedora da humanidade, criada à imagem de Deus. Esta pandemia não elimina limitações, restrições, obstáculos, reivindicações e conflitos, mas também mostra que o fracasso em os superar poderia levar a consequências muito mais prejudiciais do que as de uma simples guerra.

Diplomacia multilateral e compromisso ético

Lembro que, após a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, falou-se nas Nações Unidas de “**dividendos da paz**”. De acordo com a organização, havia, então, cerca de trinta conflitos de intensidade variável ainda em aberto, e se esperava que muitos deles fossem resolvidos. Os anos seguintes desmentiram tragicamente esta perspectiva de melhor desenvolvimento. Hoje, há uma consciência do papel muito importante desempenhado pelas organizações internacionais e da tarefa unificadora para as instituições que elas desempenham, com sensibilidade para realizar um serviço que realce a identidade, a dignidade e a liberdade responsável de cada país.

Somos testemunhas do **serviço** desenvolvido por essas **Organizações Internacionais e Organizações Não Governamentais**, que fizeram o máximo para responder à urgência da pandemia, sem esquecer as necessidades básicas anteriores de tantas populações em situação de pobreza e necessidade, com compaixão e compromisso com a cooperação internacional.

Gostaria de evocar o exame de consciência do Secretário Geral da ONU, António Guterres, no último 21 de setembro, na abertura do debate geral da Assembleia Geral da ONU. Ele se

referiu a **uma imagem para contar “a história de nossos tempos”**: *“A imagem que vimos, em algumas partes do mundo, das vacinas covid-19 ... No lixo. Vencidas e não utilizadas. Por um lado, vemos as vacinas desenvolvidas em tempo recorde – uma vitória para a ciência e para o engenho humano. Por outro lado, vemos esse triunfo desfeito pela tragédia da falta de vontade política, do egoísmo e da desconfiança. Um excedente em alguns países. Prateleiras vazias em outros”*.

A maioria dos ricos do mundo já está vacinada, enquanto mais de 90% dos africanos ainda estão esperando sua primeira dose. É uma acusação moral sobre o estado do nosso mundo. Passamos **no teste científico**, mas **falhamos no teste ético**.

Quando as pessoas veem promessas de progresso negadas pela realidade de sua dura vida diária... Quando vemos **bilionários viajando pelo espaço enquanto milhões de pessoas morrem de fome na Terra**. As pessoas que servimos e representamos podem perder a fé não apenas em seus Governos e nas Instituições, mas nos valores que têm impulsionado o compromisso compartilhado pela Comunidade internacional. O que precisamos é de um compromisso real para que possamos cumprir a promessa de um mundo melhor e mais pacífico. O Secretário Geral da ONU considerou que **o mundo está enfrentando um momento da verdade** e que chegou a hora de restaurar a confiança e inspirar esperança.

Santa Sé e compromisso com a paz

A Igreja conhece e ama o serviço da paz e do desenvolvimento, porque muitas vezes o acompanha em colaboração aberta com Estados e Organismos internacionais e o desenvolve guiada pelo Espírito de Nosso Senhor, que une admiravelmente a dimensão do compromisso humano com a dimensão do espírito transcendente. A Igreja e a Diplomacia Pontifícia se esforçam para afirmar a dimensão moral nas relações nacionais e internacionais.

O serviço da Diplomacia Pontifícia não é simplesmente um compromisso ético ou uma forma de trabalho voluntário, **é o ministério sacerdotal** voltado ao cuidado pastoral para a construção de uma nova humanidade, uma nova forma de viver. A Igreja e a Santa Sé não estão empenhadas em deixar prevalecer a razão de Estado, em promover interesses, mas em proclamar o Evangelho, que, mesmo durante esta pandemia, é o caminho que a Igreja e a diplomacia são chamadas a seguir.

Este Ministério para a humanidade está enraizado no perene Magistério da Igreja, nas declarações do Concílio Vaticano II e na reflexão posterior da Igreja, também no diálogo com outras denominações cristãs e com homens e mulheres de boa vontade. A Diplomacia da Santa Sé persegue este compromisso de evangelização com tenacidade e com aquele equilíbrio e sobriedade necessários para fomentar o diálogo e a comunhão.

Toda a Igreja está empenhada nesta arena mundial não com o objetivo de *“imprimir notícias em letras grandes, para que as pessoas pensem que é indiscutivelmente verdade”* (Jorge Luis Borges), mas com um **estilo de dedicação silencioso, generoso e perseverante** ao bem autêntico da humanidade, com uma perspectiva não ligada a interesses a serem perseguidos em pouco tempo, mas para o serviço diuturno e duradouro da causa do homem. Ela também é animada em seu ministério diplomático em favor da paz pela serena força interior, que recorda as

palavras do Apóstolo dos gentios: “*De nada mais nos gloriaremos senão na cruz de Jesus Cristo nosso Senhor: Ele é nossa salvação, vida e ressurreição; por meio Dele fomos salvos e libertados*” (Gálatas 6,14).

Este é um **ministério secular, global e atento** às diferentes situações históricas e eclesiais, a fim de desenvolver a paz dentro e entre os povos. Em sua perspectiva, a paz é um “*dom precioso de Deus*” e uma “*responsabilidade pessoal e social que deve nos encontrar solícitos e ativos*”. Aspirar à paz não é suficiente, assim como não basta a intenção de trabalhar pela paz: ocorrem comportamentos concretos e coerentes, ações direcionadas e, sobretudo, a plena consciência de que cada um em seu pequeno ou grande mundo cotidiano é um “*construtor de paz*” (Mateus 5,6), embora com tarefas, atribuições e funções diferentes.

Hoje, o Santo Padre Francisco pede à Santa Sé que avance no cenário internacional para **trabalhar pela segurança humana em sua totalidade**. Uma segurança global que exige uma responsabilidade compartilhada dentro do âmbito do sistema de segurança coletiva e interação que se desenvolve nas Organizações internacionais. As ameaças à sobrevivência humana, ao meio ambiente e a todas as formas de vida não conhecem fronteiras territoriais. Portanto, o diálogo deve prevalecer sobre a polarização, a fim de promover essa cooperação mútua em um interesse comum e compartilhar a solidariedade.

A paz, então, como disse São Paulo VI, citando a Constituição Conciliar *Gaudium et Spes*, não brota apenas de “*uma ausência de guerra como resultado do precário equilíbrio de forças*”. A **promoção da paz está no centro da ação diplomática da Santa Sé**. Ela se expressa em vários ângulos: antes de tudo, no desenvolvimento de uma agenda e de uma estratégia para a diplomacia de paz, compreendendo sua relevância e limites; na procura por identificar lições aprendidas das situações de conflitos específicos e estratégias de paz, incluindo seu impacto nos esforços contemporâneos de resolução de conflitos e conceitos modernos como a “segurança humana”; na reflexão também sobre as maneiras pelas quais outros atores e instituições (por exemplo, tribunais internacionais, a UE) podem se beneficiar dos princípios e das experiências de organismos internacionais globais ou das *best practices* de organismos internacionais de outros continentes.

É necessária uma atitude corajosa, não receosa de assumir iniciativas pioneiras, mas não arrogante, sempre capaz de analisar com habilidade e humildade as limitações e falhas. **A confiança extensiva na ética e no discernimento dialógico**, que a Igreja define como sinodal, para que a diplomacia da Santa Sé siga os paradigmas eclesiais essenciais para seu ministério. Hoje, o diálogo com todos os atores da cena internacional é fundamental nas relações internacionais. Na Igreja, a comunhão (*agapè*) de todos aqueles que fazem parte dela é indispensável. Esta foi a fonte da estima e da atração da Igreja primitiva. Disto deriva ainda hoje o testemunho evangélico, que é a força da Igreja.

O Magistério Pontifício, que é a primeira voz a orientar e resumir a sinfonia do **coro da Igreja**, também marca a ação diplomática da Santa Sé naquelas questões que o Povo de Deus considera fundamentais para a prática da justiça e para a afirmação da paz, como o funcionamento dos mecanismos das relações internacionais para o desenvolvimento de todos os povos, o serviço internacional como instrumento de diálogo e cooperação, a liderança e o papel das Organizações Internacionais como Instituições de diálogo e cooperação, a integração dos

povos e a promoção da solidariedade, o exercício da diplomacia e, em particular, da diplomacia preventiva como exercício da “responsabilidade de proteger” e de facilitar uma *governance* mais adequada às necessidades reais dos povos.

Com este compromisso, **a Santa Sé desenvolve sua própria ação com uma rede diplomática bilateral** com 183 Estados, à qual se somam a União Europeia e a Ordem Soberana de Malta, e mantém relações multilaterais estáveis com muitas outras Instituições intergovernamentais. É um amplo serviço diário entrelaçado com os Bispos locais e regionais e, naturalmente, com os Dicastérios relevantes da Santa Sé. Este ministério, como todo ministério eclesiástico, tem como lei suprema e princípio constante a salvação das almas (*salus animarum*) e como objetivo a convivência ordenada dos povos, que, segundo a visão cristã, é o verdadeiro e primário pré-requisito para a paz.

Se alcançar o objetivo da “verdadeira paz na terra” significa para nós, Igreja, dar cumprimento à história da salvação, para a diplomacia da Santa Sé o estilo é aderir aos princípios do diálogo, da perseverança, do respeito às regras e daquela lealdade ao princípio jurídico internacional da boa-fé (*pacta sunt servanda*).

A **palavra “paz”**, portanto, encerra um desejo geral da humanidade, que a Igreja, **a partir do sentido pleno do Evangelho**, assume e faz seu. Entretanto, a ideia de paz da qual a Santa Sé é portadora não se detém naquela paz expressa pelas Nações no direito internacional contemporâneo. Para a Santa Sé, nenhuma ação traz a paz ao coração, incluindo aquela exercida pela diplomacia, nem poderá ser coerente se, mesmo tacitamente, ela ainda mantiver referências à guerra.

Nesta perspectiva, trabalhar pela paz também é prevenir as causas que podem desencadear uma guerra, assim como remover situações culturais, sociais, étnicas e religiosas que podem reabrir conflitos. É por isso que o Papa Francisco apela para ações em favor da reconciliação entre as partes, sejam elas Estados, atores não estatais, grupos insurgentes ou outras categorias de combatentes. A questão – é claro – envolve responsabilidades individuais e coletivas e o sistema de regras de *governance* mundial.

Para a Igreja e para a Santa Sé, os eventos e atrocidades a que assistimos quase diariamente exigem que os diversos atores (primeiramente Estados e Instituições intergovernamentais) deem substância a uma *ius contra bellum*, ou seja, a normas capazes de desenvolver, atualizar e, sobretudo, **impor os instrumentos já previstos pelo direito internacional para a resolução pacífica de controvérsias** e para evitar o recurso às armas.

Em termos concretos, esses instrumentos são o diálogo, a negociação, a mediação e a conciliação, que, muitas vezes, são vistos como meros paliativos, sem a eficácia necessária. Impõe-se uma visão diferente desses instrumentos.

Ao mesmo tempo, o direito internacional deve continuar a ser auxiliado por institutos jurídicos e por instrumentos normativos para administrar conflitos que tenham chegado ao fim ou situações em que os esforços da diplomacia tenham forçado as armas a se calar. Nesse sentido, a Santa Sé deseja atuar como um estímulo aos outros membros da Comunidade internacional, para **a exigência de um *ius post bellum***, reformado e recodificado em relação àquele tradicional, que permanece limitado simplesmente a estabelecer relações entre os vencedores e os vencidos.

O Papa Francisco o declarou muito claramente: *“Quando ouço as palavras ‘vitória’ ou ‘derrota’, sinto uma grande dor, uma grande tristeza em meu coração. Elas não são as palavras certas; a única palavra certa é ‘paz’. Essa é a única palavra correta”*⁷.

A tarefa no pós-conflito, portanto, deve precisar **a dimensão humana da paz**, eliminando todas as razões possíveis que poderiam mais uma vez comprometer a condição daqueles que viveram os horrores de uma guerra e agora aguardam e esperam, de acordo com a justiça, por um futuro diferente. Traduzido para a linguagem da diplomacia, isso significa dar prioridade à força do direito sobre a imposição de armas.

Hoje, portanto, as mediações eclesiais trazem, em primeiro lugar, o cuidado com o próximo, a caridade. É o eixo da atividade diplomática da Santa Sé, o particular compromisso com os mais fracos em colaboração com os Estados, no contexto dos desafios colocados pela globalização e, particularmente hoje, no contexto da pandemia e da crise econômica.

A **indiferença** hoje é **como uma concha protetora**, uma atitude que nos priva da nossa humanidade, anesthesiando a consciência. Desta perspectiva, a paz acaba sendo um problema dos outros, talvez dos mais poderosos, dos mais ricos, dos mais instruídos, ou melhor, daqueles que têm nas mãos o destino dos povos. Em resumo, para aqueles que são indiferentes, a paz é simplesmente ‘utopia’ e aqueles que falam demais sobre ela são considerados ‘iludidos’.

É necessário implementar uma “agenda internacional” que dê centralidade à pessoa humana e às pessoas concretas, que agem, sofrem e se expõem para alcançar a paz. Tal objetivo também requer um caminho interior. **Não** é alimentada por **exigências políticas, mas pela conversão do coração**, antes ainda das estruturas, e nos confronta com uma nova visão do mundo que nos compromete com escolhas concretas, que colocam a ênfase na existência real das pessoas, antecipando-se às estruturas teóricas do pensamento.

O Papa Francisco nos convida a dar o primeiro passo contra a indiferença, pedindo-nos para levantar o olhar e refletir sobre o estilo de Deus, que não é indiferente ao destino do homem e do seu sofrimento. A segunda descoberta é a da compaixão e da misericórdia. Deus não só observa e conhece os sofrimentos dos homens, mas assume a responsabilidade por eles e age para pôr fim ao sofrimento, à tristeza, à miséria e à morte.

Então, **qual é** o apelo que o Papa dirige hoje ao nosso mundo e à Comunidade internacional, que é **o coração da diplomacia da Santa Sé hoje?**

Creio que a resposta está em três caminhos abertos que o Papa indicou logo no início de seu Pontificado. De fato, dirigindo-se ao Corpo Diplomático, pela primeira vez, alguns dias após sua eleição, ele quis delinear algumas “diretrizes” simples que marcariam o caminho da Igreja e da Diplomacia da Santa Sé sob sua orientação: a luta contra a pobreza, tanto material como espiritual; a edificação da paz; e a construção de pontes através do diálogo.

Por fim, a Santa Sé está claramente ciente de que o compromisso da diplomacia pela paz também difere em termos de culturas diplomáticas, ou seja, difere de acordo com a ênfase que se coloca no respeito ao direito internacional, no reconhecimento que se concede à legitimidade da intervenção externa nos assuntos internos dos Estados, no papel reconhecido à intervenção das

⁷ Santo Padre Francisco, Catequese, 4 de fevereiro de 2015.

Nações Unidas, na legitimação do uso da força. Assim, leva-se em conta as variações regionais que se baseiam em diferentes aspectos e comportamentos.

Esta variação também é visível na forma de abordagem dos desafios funcionais, como: terrorismo, competição tecnológica, proliferação de armas e manutenção da paz estatal e como os desafios afetam o comportamento dos Estados em diferentes regiões. A abordagem diplomática deve sempre levar em conta a probabilidade de que grandes eventos imprevistos – como a pandemia global ou crises migratórias desencadeadas por conflitos ou turbulências climáticas – possam empurrar estados e sociedades em uma direção ou outra⁸.

Em conclusão, a verdadeira paz é fruto da comunhão, e o ícone ativo da paz e da comunhão é Deus, bem como aqueles aos quais Ele concede dons para que sejam operadores de paz.

⁸ Crocker C. A.; Hampson F. O.; Aall P. (ed.). *Diplomacy and the Future of World Order*. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 2021.